

Alerta Legislação, nº 40, de 06 a 11 de outubro de 2014
Boletim semanal

Casa Civil do Estado de São Paulo • Biblioteca
<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
08/10/2014	<p><u>DECRETO Nº 8.325, DE 7 DE OUTUBRO DE 2014</u> Altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF.</p> <p><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 656, DE 7 DE OUTUBRO DE 2014</u> Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação incidentes sobre a receita de vendas e na importação de partes utilizadas em aerogeradores, prorroga benefícios, altera o art. 46 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que dispõe sobre a devolução ao exterior ou a destruição de mercadoria estrangeira cuja importação não seja autorizada, e dá outras providências.</p>
07/10/2014	<p><u>DECRETO Nº 8.324, DE 6 DE OUTUBRO DE 2014</u> Dispõe sobre a execução do Acordo de Complementação Econômica nº 69, firmado entre a República Federativa do Brasil e a República Bolivariana da Venezuela em 26 de dezembro de 2012.</p> <p><u>DECRETO Nº 8.323, DE 6 DE OUTUBRO DE 2014</u> Dispõe sobre a execução do Vigésimo Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 36 (27PAACE36), firmado entre a República Federativa do Brasil, a República Argentina, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, Estados Partes do Mercosul, e o Estado Plurinacional da Bolívia, de 16 de agosto de 2011.</p> <p><u>DECRETO Nº 8.322, DE 6 DE OUTUBRO DE 2014</u> Dispõe sobre a execução do Quinquagésimo Sexto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 35 (56PA-ACE35), firmado entre a República Federativa do Brasil, a República Argentina, a República do Paraguai, e a República Oriental do Uruguai, Estados Partes do Mercado Comum do Sul - Mercosul, e a República do Chile em 30 de dezembro de 2010.</p>
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Presidência da República (PR)	<p>CONSELHO DE GOVERNO → Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) <u>RESOLUÇÃO Nº 89, DE 7 DE OUTUBRO DE 2014</u> Prorroga direito antidumping definitivo, por um prazo de até 5 (cinco) anos, aplicado às importações brasileiras de papel</p>

Supercalandrado, originárias dos Estados Unidos da América e da República da Finlândia.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU)

PORTARIA Nº 2.308, DE 6 DE OUTUBRO DE 2014

[...]

Art. 1º Regulamentar o Programa "Um por Todos e Todos por Um! Pela ética e cidadania" que visa incentivar o desenvolvimento de uma cultura ética e cidadã entre crianças e jovens e seu mecanismo de parcerias.

[...]

SECRETARIA DA MICRO E PEQUENA EMPRESA (SMPE)

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 85, DE 3 DE OUTUBRO DE 2014

[...]

Art. 1º As empresas poderão fazer uso de painel afixado em local visível do estabelecimento, ou de qualquer outro meio ou eletrônico ou impresso, inclusive em prateleiras e gôndolas, de forma a demonstrar o valor ou percentual, ambos aproximados, dos tributos incidentes sobre todas as mercadorias ou serviços postos à venda.

[...]

→ Secretaria de Racionalização e Simplificação

→ Departamento de Registro Empresarial e Integração (DREI)

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 29, DE 7 DE OUTUBRO DE 2014

Acresce o capítulo XI, constituído pelos arts. 21 a 23, à Instrução Normativa nº 12, de 5 de dezembro de 2013, que "Dispõe sobre os procedimentos de registro e arquivamento digital dos atos que competem, nos termos da legislação pertinente, ao Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins, e dá outras providências".

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 28, DE 6 DE OUTUBRO DE 2014

Dispõe sobre o procedimento a ser adotado, no âmbito das Juntas Comerciais, para o arquivamento de procurações públicas encaminhadas pelos Tabelionatos de Notas.

**Ministério da
Educação (MEC)**

GABINETE DO MINISTRO (GM)

PORTARIA Nº 863, DE 3 DE OUTUBRO DE 2014

Regulamenta o procedimento para qualificação das Instituições de Educação Superior como Instituições Comunitárias de Educação Superior, nos termos da [Lei nº 12.881, de 12 de novembro de 2013](#).

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE)

→ Conselho Deliberativo (CD)

RESOLUÇÃO Nº 20, DE 3 DE OUTUBRO DE 2014

Dispõe sobre a normatização dos procedimentos para realização de processos de compras de bens, de obras com características padronizadas e de serviços, inclusive de engenharia, gestão de contratos e atas de registro de preços, no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (SESU)

→ COMISSÃO NACIONAL DE RESIDÊNCIA MÉDICA

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 30 DE SETEMBRO DE 2014

	<p>Institui as Câmaras Técnicas Temáticas e o Comitê de Sistematização da Comissão Nacional de Residência Médica, e dá outras providências.</p>
<p>Ministério da Previdência Social (MPS)</p>	<p>INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 74, DE 3 DE OUTUBRO DE 2014</u> Dispõe sobre procedimento de apuração e cobrança administrativa de valores devidos ao INSS.</p>
<p>Ministério da Saúde (MS)</p>	<p>AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) ↳ Superintendência de Fiscalização, Controle e Monitoramento <u>RESOLUÇÃO - RE Nº 3.938, DE 8 DE OUTUBRO DE 2014</u> [...] Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso do lote 13L95F (val.: 12/2015) do medicamento METRONIDAZOL 250 MG, COMPRIMIDO, fabricado por Prati Donaduzzi & Cia Ltda. (CNPJ: 73.856.593/0001-66). [...]</p> <p><u>RESOLUÇÃO - RE Nº 3.937, DE 8 DE OUTUBRO DE 2014</u> [...] Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso do lote 245044 (val.: 10/2015) do medicamento ASETISIN (ÁCIDO ACETILSALICÍLICO) 500 MG, 100 COMPRIMIDOS, fabricado por Pharlab Indústria Farmacêutica S.A. (CNPJ: 02501297/0001-02). [...]</p> <p><u>RESOLUÇÃO - RE Nº 3.934, DE 8 DE OUTUBRO DE 2014</u> [...] Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso do lote 13G0870/3-1 (val.: 07/2015) do medicamento NIDAZOFARMA (METRONIDAZOL) 5 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, fabricado por Farmace Indústria Químico-Farmacêutico Cearence Ltda. (CNPJ: 06628333/0001-46). [...]</p> <p><u>RESOLUÇÃO - RE Nº 3.929, DE 8 DE OUTUBRO DE 2014</u> [...] Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso de todos os lotes do medicamento USMEDINA (DIPIRONA SÓDICA) 500MG/ML, SOLUÇÃO ORAL, fabricados a partir de 1º/12/2011 pelo Laboratório Usmed Ltda. (CNPJ 16.883.704/0001-90). [...]</p> <p><u>RESOLUÇÃO - RE Nº 3.928, DE 8 DE OUTUBRO DE 2014</u> [...] Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso de todos os lotes fabricados entre 13/09/2012 e 07/02/2014 do medicamento ARCALION (SULBUTIAMINA) 200 MG, pela empresa</p>

	<p>Laboratórios Servier do Brasil Ltda. (CNPJ: 42.374.207/0001-76). [...]</p>
<p>Ministério do Meio Ambiente (MMA)</p>	<p>GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA Nº 365, DE 6 DE OUTUBRO DE 2014</u> Altera o Anexo II da Portaria no 289, de 16 de julho de 2013, que dispõe sobre os procedimentos a serem aplicados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA no licenciamento ambiental de rodovias e na regularização ambiental de rodovias federais.</p> <p>INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 15, DE 6 DE OUTUBRO DE 2014</u> [...] Art. 1º Instituir o Sistema Nacional de Emergências Ambientais - Siema, ferramenta informatizada de comunicação de acidentes ambientais, visualização de mapas interativos e geração de dados estatísticos dos acidentes ambientais registrados pelo Ibama. [...]</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 14, DE 3 DE OUTUBRO DE 2014</u> [...] Art. 1º Fica estabelecido o período de 6 de outubro a 6 de dezembro de 2014 para cadastramento de toda pessoa física e jurídica autorizada junto ao Ibama nas seguintes categorias de uso e manejo de fauna silvestre: [...]</p>
<p>Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 9, DE 7 DE OUTUBRO DE 2014</u> Publica a Lista Nacional de Agentes Cancerígenos para Humanos (LINACH), como referência para formulação de políticas públicas, na forma do anexo a esta Portaria.</p> <p>CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR (CODEFAT) <u>RESOLUÇÃO Nº 736, DE 8 DE OUTUBRO DE 2014</u> Torna obrigatório aos empregadores o uso do aplicativo Empregador Web no Portal Mais Emprego para preenchimento de requerimento de Seguro-Desemprego (RSD) e de Comunicação de Dispensa (CD) ao Ministério do Trabalho e Emprego e dá outras providências.</p>
<p>Publicação DOE-SP</p>	<p>SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO</p>
<p>PUBLICAÇÃO DOE</p>	<p>LEGISLAÇÃO SUPERIOR</p>
<p>10/10/2014</p>	<p><u>DECRETO Nº 60.819, DE 9 DE OUTUBRO DE 2014</u> Dispõe sobre a exigência de prévia aprovação do Secretário-Chefe da Casa Civil da relação de convenientes de convênios cuja celebração tenha sido autorizada por decretos com modelos</p>

	padronizados
08/10/2014	<p><u>DECRETO Nº 60.818, DE 7 DE OUTUBRO DE 2014</u> Dá nova redação a cláusulas de minutas-padrão de convênios celebrados por intermédio do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo - FUSSESP, aprovadas pelos decretos que especifica</p> <p><u>DECRETO Nº 60.817, DE 7 DE OUTUBRO DE 2014</u> Dispõe sobre a transferência do Grupo Normativo de Auditoria e Controle de Saúde, da Coordenadoria de Planejamento de Saúde para a Coordenadoria de Regiões de Saúde, da Secretaria da Saúde, e dá providências correlatas</p>
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Administração Penitenciária (SAP)	<p>FUNDAÇÃO PROF. DR. MANOEL PEDRO PIMENTEL (FUNAP) <u>PORTARIA DIREX - 25, DE 6-10-2014</u> NO 07/2014 – Norma Organizacional, que organiza e regulamenta a prestação dos serviços de assistência jurídica às presas carentes de recursos financeiros recolhidas na Penitenciária Feminina de Santana</p>
Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) → Conselho de Reitores das Universidades Estaduais do Estado de São Paulo <u>RESOLUÇÃO CRUESP Nº 01, DE 25-9-2014</u> Dispõe sobre o índice de reajuste dos vencimentos e salários dos servidores da Universidade de São Paulo, da Universidade Estadual de Campinas e da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", e dá outras providências</p>
Educação (SE)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SE 56, DE 6-10-2014</u> Baixa o Regimento Interno do Fórum de Educação do Estado de São Paulo – FEESP</p> <p><u>RESOLUÇÃO SE 55, DE 6-10-2014</u> Amplia a participação, no Fórum de Educação do Estado de São Paulo – FEESP, de representantes de instituições, ad referendum da Comissão de Coordenação, referida no artigo 2º do Decreto 21.074/83, alterado pelo Decreto 22.563/84</p> <p><u>RESOLUÇÃO SE 54, DE 6-10-2014</u> Dá nova redação a dispositivo da Resolução SE 54, de 12-08-2011, que dispõe sobre a celebração de convênios com instituições, sem fins lucrativos, atuantes em educação especial, e dá providências correlatas</p>
Energia (SEE)	<p>AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO E ENERGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO (ARSESP) <u>DELIBERAÇÃO ARSESP 512, DE 01-10-2014</u></p>

	<p>Dispõe sobre a homologação da TUSD-E, "Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição Exclusivo e Específico" para a usina termelétrica São João Energia Ambiental S/A</p>
<p>Esporte, Lazer e Juventude (SELJ)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SELJ-15, DE 09-10-2014</u> Estabelece normas e procedimentos para apresentação de projetos na Lei Paulista de Incentivo ao Esporte e abre prazo para inscrição de projetos esportivos para o ano de 2015</p>
<p>Fazenda (SF)</p>	<p>COORDENAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA (CAF) <u>COMUNICADO CAF-G-19, DE 08-10-2014</u> Divulga a quota-parte municipal do ICMS e do Fundo de Exportação dos recursos previstos no artigo 159, II da Constituição Federal, do mês de setembro de 2014</p> <p>COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (CAT) <u>PORTARIA CONJUNTA CAT/CAF-03, DE 06-10-2014</u> Altera a Portaria Conjunta CAT/CAF 02/2011, que institui Tabelas de Conversão de Códigos de Receita em Códigos Orçamentários, Extraorçamentários, Contábeis e Fonte de Recursos</p> <p><u>PORTARIA CAT-110, DE 06-10-2014</u> Altera a Portaria CAT-74/14, de 20-06-2014, que divulga o preço final ao consumidor e o Índice de Valor Adicionado Setorial - IVA-ST para fins de determinação da base de cálculo do ICMS na saída de bebida alcoólica, exceto cerveja e chope</p> <p>SÃO PAULO PREVIDÊNCIA (SPPREV) <u>COMUNICADO SPPREV 03/2014</u> Tem o presente a finalidade de comunicar que, entre os dias 17 e 24-10-2014, o Sistema de Gestão Previdenciária - Sigeprev sofrerá manutenção para atualização das regras de contagem de tempo para fins de aposentadoria. Portanto, durante este período não será possível a abertura ou a tramitação de protocolos de aposentadoria pelos órgãos de Recursos Humanos.</p>
<p>Gestão Pública (SGP)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SGP Nº 41, DE 8-10-2014</u> Reorganiza o Serviço de Apoio à Bonificação por Resultados no âmbito da Unidade de Desenvolvimento e Melhoria das Organizações e dá providências correlatas</p> <p><u>RESOLUÇÃO SGP Nº 39, DE 6-10-2014</u> Institui as categorias e constitui Comitê Gestor para coordenar e implementar as ações relativas ao Prêmio Mario Covas e dá providências correlatas</p> <p>UNIDADE CENTRAL DE RECURSOS HUMANOS ↳ DEPARTAMENTO DE PERÍCIAS MÉDICAS DO ESTADO <u>COMUNICADO DPME Nº 135, DE 10/10/2014</u> Perícias domiciliares O Diretor Técnico de Saúde III, do Departamento de Perícias Médicas do Estado - DPME, no uso das competências que lhe são atribuídas, comunica que: As solicitações de perícias médicas domiciliares deverão estar instruídas com relatório médico completo</p>

no qual conste:

- o diagnóstico;
- laudos de exames complementares;
- a conduta terapêutica;
- o prognóstico;
- as consequências à saúde do servidor;
- o provável tempo de repouso estimado necessário para sua recuperação;
- justificativa quanto à impossibilidade de locomoção;
- carimbo com o nome e número de inscrição no CRM do médico emitente, e a respectiva assinatura.

Os órgãos setoriais e subsetoriais de recursos humanos e as unidades responsáveis pelo agendamento das perícias médicas devem solicitar a perícia domiciliar, observando os seguintes passos:

1) Mediante solicitação do familiar do servidor, o setor de RH deverá fazer a requisição online de agendamento de perícia médica, no sistema eSisla, disponível por meio da "Área Restrita" do endereço <http://periciasmedicas.gestaopublica.sp.gov.br/eSisla>;

2) No menu de tarefas localizado no canto superior esquerdo da tela, o usuário do setor de RH deverá selecionar a opção "Agendamento – Licença" e informar o CPF do servidor que requisitou a perícia médica;

3) Digitalizar e anexar ao sistema a documentação médica acima descrita;

Obs: O nome do arquivo não pode ultrapassar 40 posições.

Devendo a extensão ser JPG ou PDF com tamanho máximo de 250 kbytes, preferencialmente sem caracteres especiais e acentuação.

4) Para concluir a solicitação o usuário do setor de RH deverá:

a) Atualizar os dados de contato do servidor e clicar em "CONFIRMAR";

b) Preencher os dados da perícia: TIPO, PESSOA e HOSPITALAR/DOMICILIAR;

c) Caso a PESSOA a ser periciada não seja o próprio servidor, será necessário informar o NOME da pessoa e o MUNICÍPIO em que deve ser realizada a perícia;

d) Informar o local onde será realizada a perícia, bem como o MUNICÍPIO;

e) Informar os dados do atestado, principalmente Nº DE DIAS e DATA DE EMISSÃO DO ATESTADO;

f) Selecionar "ENVIAR";

g) Selecionar "CONCLUIR";

h) O sistema emitirá o comprovante de agendamento e deverá acompanhar as publicações em Diário Oficial.

O servidor deverá aguardar contato pela Central de Agendamento para a realização da perícia.

Os Órgãos Setoriais de Recursos Humanos podem entrar em contato com o DPME, para dúvidas em relação ao sistema online, por meio do email: periciasmedicas@sp.gov.br.

**Justiça e Defesa
da Cidadania
(SJDC)**

**INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
(IPEM)
→ Superintendência
PORTARIA DO SUPERINTENDENTE Nº 254/2014, DE 1-10-
2014**

	<p>[...]</p> <p>Artigo 1º – ESTABELEECER o período abaixo para que seja realizada a MUDANÇA DE TARIFA dos taxímetros instalados nos veículos de aluguel para o transporte de passageiros do município de Peruíbe, referente ao exercício de 2014.</p> <p>[...]</p>
Logística e Transportes (SLT)	<p>AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO (ARTESP) <u>RESOLUÇÃO ARTESP - 2, DE 2-10-2014</u> Dispõe sobre alteração do Artigo 8º da Resolução Artesp 1, de 12-2-2014, que estabeleceu as normas de padronização da arquitetura de comunicação do Sistema Automático de Arrecadação de Pedágios nas rodovias do Estado de São Paulo</p> <p>DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM (DER) <u>PORTARIA SUP/DER-54, DE 8-10-2014</u> Dispõe sobre a liberação de trânsito de Caminhões-Guincho em rodovias estaduais, com restrição de tráfego para veículos de carga (3.3)</p>
Meio Ambiente (SMA)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SMA 76, DE 23-09-2014</u> Institui o Painel Florestal, e dá outras providências</p>
Planejamento e Desenvolvimento Regional (SPDR)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SPDR 015, DE 7-10-2014</u> [...] Art. 1º - O valor do Índice Agregado de Cumprimento de Metas - ICA, referente ao 1º trimestre do exercício de 2014, corresponde a 100% (cem por cento) para a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, conforme apuração efetuada pela comissão instituída pela Resolução SPDR nº 11, de 17 de julho de 2014, e consubstanciada na nota técnica anexa. [...]</p>
Procuradoria Geral do Estado (PGE)	<p>GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO (GPG) <u>RESOLUÇÃO PGE 19, DE 7-10-2014 (*)</u> Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de fixar estratégias para equacionar o passivo decorrente das complementações de aposentadoria e pensão de funcionários e ex-funcionários do Banco Nossa Caixa S.A. (*) (Republicada por ter saído com incorreção)</p>
Saúde (SS)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS-114, DE 29-09-2014</u> Dispõe sobre a estrutura organizacional e operacional do Sistema Estadual de Transplantes de São Paulo</p> <p><u>RESOLUÇÃO SS - 121, DE 7-10-2014</u> Dispõe sobre a Constituição da Câmara Técnica Estadual do Coração - CTECo, a que se reporta a Resolução SS-114, de 29 de setembro de 2014 e dá outras providências.</p> <p>COORDENADORIA DE CONTROLE DE DOENÇAS (CCD) → Instituto Adolfo Lutz</p>

	<p><u>PORTARIA DG/IAL – 25, DE 07-10-2014</u> Altera o regimento do Comitê de Coleções Biológicas do Instituto Adolfo Lutz dá outras providências</p>
<p>Segurança Pública (SSP)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SSP-142, DE 09.10.14</u> GS-261/13 Dispõe sobre a atribuição para transcrição de comunicações gravadas em mídia</p>
<p>Universidade Estadual Paulista (UNESP)</p>	<p>REITORIA <u>RESOLUÇÃO UNESP-73, DE 10-10-2014</u> Dispõe sobre o Programa de intercâmbio de Estudantes de Graduação e estabelece normas para o reconhecimento de atividades acadêmicas desenvolvidas em instituições estrangeiras de ensino superior conveniadas ou não com a UNESP</p>
<p>Defensoria Pública do Estado (DPE)</p>	<p>DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO (DPG) <u>ATO NORMATIVO DPG-99, DE 06-10-2014</u> Dispõe sobre a definição e os critérios de apuração e avaliação dos indicadores globais e específicos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo para fins de pagamento da Bonificação por Resultados a seus servidores a que se refere a Lei Complementar 1.219, de 21-11-2013</p>
<p>Publicação DOE - Legislativo</p>	<p>SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO</p>
<p>11/10/2014</p>	<p>SUPLEMENTO EXPEDIENTE DA 134ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA AOS 30 DE SETEMBRO DE 2014 <u>PROJETO DE LEI Nº 1291, DE 2014</u> PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2015 Mensagem nº 136/14 do Senhor Governador do Estado [...] A propositura encontra-se fundamentada nos artigos 47, inciso XVII, e 174, inciso III, da Constituição Estadual, e observa as Diretrizes Orçamentárias para o próximo ano, aprovadas na forma da Lei nº 15.549, de 30 de julho de 2014, bem como as disposições da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e da Lei Complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000, que fixa normas de finanças públicas voltadas à responsabilidade na gestão fiscal. [...]</p>
<p>10/10/2014</p>	<p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 1306, DE 2014</u> Institui o Serviço de Hospital Veterinário Público Estadual para Cães e Gatos, nas quarenta e duas regiões de governo, na forma que dispõe</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 1305, DE 2014</u> Dispõe sobre a criação da Rede Hospitalar e Pronto Socorro do</p>

	<p>Idoso, na forma que menciona</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 1304, DE 2014</u> Dispõe sobre a obrigatoriedade dos hospitais destinatários de recursos do tesouro estadual, a abrirem vagas para estagiários de escolas de enfermagem, na forma que menciona</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 1303, DE 2014</u> Dispõe sobre o pagamento de adicional de periculosidade e insalubridade, aos auxiliares de enfermagem, técnicos e enfermeiros, que trabalham no sistema penitenciário, na forma que menciona</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 1302, DE 2014</u> Autoriza o Poder Executivo a implantar repúblicas para idosos de baixa renda no Estado. (645 municípios do Estado)</p>
09/10/2014	<p>PROJETOS DE LEI</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 1300, DE 2014</u> Altera a Lei nº 3.201, de 23 de dezembro de 1981, alterada pela Lei nº 8.510, de 29 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a parcela pertencente aos municípios, do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços e Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações - ICMS.</p>
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
11/10/2014	<p><u>DECRETO Nº 55.584, DE 10 DE OUTUBRO DE 2014</u> Regulamenta os procedimentos para aplicação da Lei nº 16.006, de 4 de junho de 2014, que autoriza o Executivo a complementar, a fundo perdido, a subvenção econômica federal destinada ao Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV.</p> <p><u>DECRETO Nº 55.583, DE 10 DE OUTUBRO DE 2014</u> Dispõe sobre a transferência da Coordenação de Publicidade e de atribuições da Secretaria Executiva de Comunicação para a Secretaria do Governo Municipal; altera a lotação dos cargos de provimento em comissão que especifica.</p> <p><u>DECRETO Nº 55.582, DE 10 DE OUTUBRO DE 2014</u> Atribui à Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão incumbência para efetuar o registro de preços de serviços de transporte por aeronave com asa rotativa (helicóptero), bem como dispõe sobre a divulgação das informações relativas às contratações desses serviços.</p>
07/09/2014	<p><u>DECRETO Nº 55.564, DE 6 DE OUTUBRO DE 2014</u> Dispõe sobre a gestão compartilhada dos Hospitais Veterinários de Cães e Gatos entre as Secretarias Municipais da Saúde e do Verde e do Meio Ambiente.</p>

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Maria Auxiliadora Evangelista
mevangelista@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Casa Civil do Estado de São Paulo

Centro de Documentação e Arquivo - CDA

(11) 2193-8107 e 8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107